

Revisão Plano Diretor do Município de Guarujá

A revisão do Plano diretor do município de Guarujá está provocando muitas reações negativas em toda a sociedade do município. As causas são muitas, mas a principal é a proposta de verticalização de áreas da cidade que não suportarão o adensamento construtivo e populacional por colocar em risco o meio-ambiente em função do fluxo de veículos que será provocado no sistema viário atual, de média ou baixa capacidade de carregamento.

Algo contraditório, por exemplo, é o planejamento para transformar a Avenida Miguel Stéfano ao longo da orla na praia da Enseada em corredor comercial que implicará em circulação de transporte público e docas de carga e descarga, essa e outras vias da cidade não oferecem condições de absorver tamanho crescimento. Como poderá esta via suportar os fluxos de veículos necessários para que ela seja realmente um corredor comercial?

A revisão proposta pela prefeitura é arcaica, obsoleta e predatória com os pés nas décadas de 1960 e 1970 quando a metrópole paulistana elegeu a construção civil como o seguimento econômico que desenvolveria a cidade, como ocorreu.

Não se pode mais pensar dessa forma, enquanto o resto do mundo adota a política ESG - Environment Social Governance. Não se pode, em pleno século XXI, dispor da proteção do meio ambiente; deve-se adotar planos de desenvolvimento urbano, social e econômico sustentável. Todos têm que caminhar juntos para termos uma cidade com qualidade ambiental urbana.

A discussão da revisão do Plano diretor não pode se limitar ao adensamento construtivo e verticalização da forma como está sendo proposto, sem

avaliar a capacidade de suporte atual e quanto custará aos cofres públicos sua expansão, além de quem pagará por ela: o futuro morador agraciado pela vista ao mar ou toda a população, incluindo a que mora em prédios mais modestos afastados da orla?

É inexistente a discussão em torno de temas que são obrigações do poder público oferecer ao morador: o adensamento populacional implicará em aumento de vagas nas escolas, no atendimento pela saúde pública e no transporte público além do principal motor que é o nível de empregabilidade ofertado na cidade, hoje muito baixo.

Um plano diretor deve apresentar levantamentos, diagnósticos e prognósticos. Mas, a atual administração de Guarujá se limitou a apresentar levantamentos e soluções que não correspondem aos desejos e expectativas da população local. Pouco se tem discutido sobre o plano de habitação para a camada baixa e média renda, obrigatório por lei federal.

É dever da Prefeitura do Guarujá, apresentar um plano de desenvolvimento econômico baseado no turismo e na capacitação da população que se encontra hoje desempregada por falta de treinamento técnico, para essa e outras atividades econômicas perenes.

Gerar empregos e remover a população de baixa renda alocada em assentamentos precários e áreas de risco deveriam ser os principais motivos para se realizar essa revisão de plano diretor.

Em função da complexidade e dos desafios representados pela ideia do adensamento urbano, verticalização nas sete macrorregiões e seus respectivos impactos futuros na cidade, aliados à importância das atividades do turismo e também do Porto, na Marquem Esquerda do maior Porto da América Latina e inclusive

do futuro projeto do Aeroporto Metropolitano, compreendemos a necessidade de uma análise mais cuidadosa de todas as interações dessas realidades que ocorrerão quase que simultaneamente.

Diante disso, acreditamos que o prazo estipulado para análise e sugestões por parte da sociedade na revisão do Plano Diretor é insuficiente, sendo necessário a dilatação do prazo para que a população possa compreender mais aprofundadamente as propostas, analisar e contribuir de forma efetivamente participativa e significativa nesse importante processo democrático.

Portanto, sugerimos que as autoridades responsáveis pelo planejamento urbano, bem como os poderes executivo e legislativo, considerem a urgente necessidade de estender o prazo estipulado, a fim de garantir uma participação ampla e efetiva da comunidade do Guarujá.

A Água-viva apresenta essa demanda e apoia as manifestações que visam alcançar esse objetivo.



ENG. JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES
Presidente da AGUAVIVA – Associação Guarujá Viva